

SEVEN

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
2023



DIVERSIDADE NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO: A PROCURA DE CANDIDATOS NAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO MAIOR VESTIBULAR PARANAENSE

João Victor Lucas
Matteus Henrique de Oliveira

SEVEN

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
2023



**DIVERSIDADE NO ENSINO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO:
A PROCURA DE CANDIDATOS NAS
POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO
MAIOR VESTIBULAR PARANAENSE**

João Victor Lucas
Matteus Henrique de Oliveira

EDITORA CHEFE

Prof^o Me. Isabele de Souza Carvalho

EDITOR EXECUTIVO

Nathan Albano Valente

ORGANIZADORES DO LIVRO

João Victor Lucas

Matteus Henrique de Oliveira

PRODUÇÃO EDITORIAL

Seven Publicações Ltda

EDIÇÃO DE ARTE

Alan Ferreira de Moraes

EDIÇÃO DE TEXTO

Natan Bones Petitemberte

BIBLIOTECÁRIA

Eliane de Freitas Leite

IMAGENS DE CAPA

AdobeStok

ÁREA DO CONHECIMENTO

Ciências sociais e aplicadas

2023 by Seven Editora

Copyright © Seven Editora

Copyright do Texto © 2023 Os Autores

Copyright da Edição © 2023 Seven Editora

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Seven Publicações Ltda. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Seven Publicações Ltda é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação.

Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.



O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional

CORPO EDITORIAL

EDITORA-CHEFE

Profº Me. Isabele de Souza Carvalho

CORPO EDITORIAL

Pedro Henrique Ferreira Marçal. Vale do Rio Doce University

Adriana Barni Truccolo- State University of Rio Grande do Sul

Marcos Garcia Costa Morais- State University of Paraíba

Mônica Maria de Almeida Brainer - Federal Institute of Goiás Campus Ceres

Caio Vinicius Efigenio Formiga - Pontifical Catholic University of Goiás

Egas José Armando - Eduardo Mondlane University of Mozambique.

Ariane Fernandes da Conceição- Federal University of Triângulo Mineiro

Wanderson Santos de Farias - Universidad de Desarrollo Sustentable

Maria Gorete Valus -University of Campinas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diversidade no ensino profissional e tecnológico
[livro eletrônico] : a procura de candidatos
nas políticas afirmativas no maior vestibular
paranaense / organização João Victor Lucas,
Matteus Henrique de Oliveira. -- São
José dos Pinhais, PR : Seven Events, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia
ISBN 978-65-84976-85-6

1. Ações afirmativas 2. Diversidade 3. Educação -
Paraná 4. Ensino profissional e técnico 5. Vestibular
I. Lucas, João Victor. II. Oliveira, Matteus Henrique
de.

23-180133

CDD-370.113

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação profissional 370.113

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

DOI: 10.56238/diveensiprotecpr-001

Seven Publicações Ltda
CNPJ: 43.789.355/0001-14
editora@sevenevents.com.br
São José dos Pinhais/PR

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor deste trabalho DECLARA, para os seguintes fins, que:

Não possui nenhum interesse comercial que gere conflito de interesse em relação ao conteúdo publicado;

Declara ter participado ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente nas seguintes condições: "a) Desenho do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação dos dados; b) Elaboração do artigo ou revisão para tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão";

Certifica que o texto publicado está completamente livre de dados e/ou resultados fraudulentos e defeitos de autoria;

Confirma a citação correta e referência de todos os dados e interpretações de dados de outras pesquisas;

Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para realizar a pesquisa;

Autoriza a edição do trabalho, incluindo registros de catálogo, ISBN, DOI e outros indexadores, design visual e criação de capa, layout interno, bem como seu lançamento e divulgação de acordo com os critérios da Seven Eventos Acadêmicos e Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Seven Publicações DECLARA, para fins de direitos, deveres e quaisquer significados metodológicos ou legais, que:

Esta publicação constitui apenas uma transferência temporária de direitos autorais, constituindo um direito à publicação e reprodução dos materiais. A Editora não é co-responsável pela criação dos manuscritos publicados, nos termos estabelecidos na Lei de Direitos Autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; O(s) autor(es) é(são) exclusivamente responsável(eis) por verificar tais questões de direitos autorais e outros, isentando a Editora de quaisquer danos civis, administrativos e criminais que possam surgir.

Autoriza a **DIVULGAÇÃO DO TRABALHO** pelo(s) autor(es) em palestras, cursos, eventos, shows, mídia e televisão, desde que haja o devido reconhecimento da autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial, com a apresentação dos devidos **CRÉDITOS** à **SEVEN PUBLICAÇÕES**, sendo o(s) autor(es) e editora(es) responsáveis pela omissão/exclusão dessas informações;

Todos os e-books são de acesso aberto, portanto, não os venda em seu site, sites parceiros, plataformas de comércio eletrônico ou qualquer outro meio virtual ou físico. Portanto, está isento de transferências de direitos autorais para autores, uma vez que o formato não gera outros direitos além dos fins didáticos e publicitários da obra, que pode ser consultada a qualquer momento.

Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições públicas de ensino superior, conforme recomendado pela CAPES para obtenção do Qualis livro;

A Seven Eventos Acadêmicos não atribui, vende ou autoriza o uso dos nomes e e-mails dos autores, bem como de quaisquer outros dados deles, para qualquer finalidade que não seja a divulgação desta obra, de acordo com o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e a Constituição da República Federativa.

ORGANIZADORES DO EBOOK



João Victor Lucas

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná. Mestre e doutorando em contabilidade pelo Programa de Pós-graduação em Contabilidade. Professor Efetivo do Instituto Federal do Paraná.



Matheus Henrique de Oliveira

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestrando em Direito na Universidade de Brasília. Pós graduado em Direito e Processo Tributário pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. Pós graduado em Direito Civil pela Fundação Escola Superior do Ministério Público.

APRESENTAÇÃO

Esta obra é o resultado de uma reflexão e pesquisa, que resultaram a uma importante análise conduzida no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, visando entender como os estudantes se enxergam ou não em cadeiras de educação, principalmente quando falamos em Educação Profissional e Tecnológica, isso porque, a educação pensando no mundo do trabalho possui um cunho prático e de busca de uma diminuição das dificuldades de acesso e permanência em nossa sociedade. A obra tem como base o estudo das políticas afirmativas no contexto do maior vestibular do Paraná e sua influência na promoção da diversidade no ensino profissional e tecnológico, o do Setor de EPT da tradicional Universidade Federal do Paraná.

A diversidade no ensino profissional e tecnológico é um tema de grande relevância e atualidade. Este livro lança luz sobre a busca por candidatos em políticas afirmativas e seu impacto no maior vestibular paranaense. Ao compreendermos essas políticas e seus resultados, contribuímos para um debate mais informado e aprimoramos a qualidade do ensino em nossa região.

Esta obra é um recurso valioso para acadêmicos, estudantes, profissionais da educação e tomadores de decisão interessados em promover uma educação mais inclusiva e equitativa. Ao explorar os resultados da pesquisa aqui apresentados, os leitores poderão ampliar seus conhecimentos sobre o papel das políticas afirmativas no cenário educacional do Paraná.

João Victor Lucas

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
3 METODOLOGIA.....	13
4 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	14
5 CONCLUSÃO.....	19
REFERÊNCIAS.....	20

A investigação teve como objetivo analisar de maneira quantitativa a procura de possíveis estudantes dos cursos contidos no Setor de Educação Profissional e Tecnológica da UFPR com base nas políticas de cotas desenvolvida pela universidade para inclusão de cotistas em seu quadro de estudantes, visto que um dos principais desafios da educação brasileira durante os últimos anos tem sido a diversidade de alunos em diversos campos da educação, se incluindo nesta a educação profissional e tecnológica, principal objeto de estudo desta pesquisa. A política de cotas veio como forma de incentivo ao aumento da diversidade nas instituições de ensino brasileiras, diminuindo a barreira inicial para os interessados nos cursos de diversas áreas e formas de conhecimento nas instituições, incluindo o ensino profissional e tecnológico. O trabalho foi elaborado com base nos processos seletivos da maior principal instituição de ensino paranaense, a Universidade Federal do Paraná, analisando quantitativamente o comportamento das inscrições de alunos optantes pela utilização de cotas durante os anos de 2016 a 2020. A investigação resultou em uma diminuição durante os anos pela utilização de cotas voltadas a inclusão social e racial, porém um aumento de optantes por cotas voltadas a pessoas com deficiências, principalmente no último ano analisado como objeto de pesquisa.

Palavras-chave: Diversidade, Ensino profissional, Educação tecnológica, Sistemas de cotas, Universidade.

A luta pelos direitos humanos tem estado protagonizada pela busca da afirmação da igualdade entre todos os seres humanos (CANDAU, 2012). De acordo com Candau (2012), o primeiro artigo da Declaração Universal (1948) – *“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros”* – tem sido o centro das preocupações e suscitado inúmeras ações e políticas orientadas a garantir a igualdade entre todas as pessoas e a denunciar as múltiplas desigualdades que necessitamos superar para que se logre a efetivação dos direitos humanos.

Ações afirmativas consistem em políticas públicas ou privadas que possuem o objetivo de neutralizar os efeitos da discriminação de raça, gênero, idade, nacionalidade, aspectos físicos (Gomes, 2003) e existem quando uma organização investe em recursos (dinheiro e tempo) para evitar que pessoas sofram essa diferenciação com base em seu gênero ou grupo étnico (Crosby; Iyer; Sincharoen, 2006).

Um dos norteadores para o estudo de diversidade e políticas de inclusão nas instituições de ensino brasileiras é a desigualdade social, que de acordo com Barros (1995), impacta diretamente no bem-estar social da população como um todo, na medida em que as sociedades têm preferência por equidade. Além disso, para o autor, a desigualdade de renda está diretamente relacionada ao nível de diversas variáveis sócio-econômicas importantes como, por exemplo, a taxa de poupança da economia, a taxa de mortalidade infantil e a extensão da pobreza.

Outro importante fato que gera a necessidade de políticas de inclusão dentro das universidades é o racismo, que se coloca para Guimarães (2004) também como um modo utilizado pelas elites intelectuais para reagir de das dificuldades regionais encontradas na época que se avolumavam entre o Norte e o Sul do país, em decorrência da decadência do açúcar e da prosperidade trazida pelo café.

A pesquisa que realizada teve como seu principal objetivo norteador analisar de maneira quantitativa a procura de possíveis estudantes dos cursos contidos no Setor de Educação Profissional e Tecnológica da UFPR com base nas políticas de cotas desenvolvida pela universidade para inclusão de cotistas em seu quadro de estudantes.

Além de seu principal objetivo, a pesquisa visou também verificar quais as políticas de cotas para deficientes durante os anos de 2016 a 2020 na Universidade Federal do Paraná; Comparar em cada categoria de cotas o comportamento durante o período analisado, criando medidas para análises de procura de cotistas aos cursos em questão, além de verificar quantitativamente a procura nos cursos Profissionais e Tecnológicos por cotistas durante os anos de 2016 a 2020.

O estudo em questão se justifica em virtude da necessidade do pensamento diverso dentro do ambiente da educação profissional e tecnológica na educação brasileira, sendo importante gerar uma

relação entre as políticas de diversidade com os focos para a realização da inclusão dos alunos com as necessidades necessárias as cotas no ambiente educacional.

Academicamente o trabalho em questão se destaca por seu foco em diversidade na educação se colocando em um ambiente sem uma vasta quantidade de publicações e estudos sobre, sendo o Setor de Ensino Profissional e Tecnológico, além de analisar a principal Universidade pública do Paraná, se alinhando com a sua função social de educação como um direito de todos no Estado, inclusive de portadores de alguma deficiência.

A educação se apresenta como um direito de todos e dever da família e do Estado, sendo ela a base para a construção e desenvolvimento de uma sociedade mais justa, solidária e livre (FANTINATO, 2014). De acordo com a mesma autora (2014), a na educação devem ser encontradas misturas que traduzem a realidade do povo brasileiro, sendo de total importância o preparo dos educadores e instituições de ensino a adequação de suas realidade e políticas para tal.

Segundo a ideia de Moehlecke (2009, p. 462), “A expressão “diversidade”, ao mesmo tempo em que pode indicar a percepção quase que óbvia da própria variedade humana, física, social e ambiental existente em nossa sociedade, traz em si um conjunto múltiplo e complexo de significados.”.

Nancy Fraser (2001) destaca que as demandas por reconhecimento se vêm afirmando na arena política desde o fim do século XX. Para ela,

Demandas por “reconhecimento das diferenças” alimentam a luta de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e sexualidade. Nesses conflitos “pós-socialistas”, identidades grupais substituem interesses de classe como principal incentivador para a mobilização política. Dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural desloca a redistribuição socioeconômica como remédio para injustiças e objetivo da luta política. (p. 245)

De acordo com Abramowicz *et. al* (2011, p. 717), “Na sociedade brasileira, a impunidade, as múltiplas formas de violência, a desigualdade social, a corrupção, as discriminações e a fragilidade da efetivação dos direitos juridicamente afirmados constituem uma realidade cotidiana”.

Porém, Abramowicz (2011) também coloca como contraponto que também é possível detectar neste cenário a progressiva afirmação de uma nova sensibilidade social, ética, política e cultural em relação aos direitos humanos. Crescendo também de maneira mais convicta que não basta apenas construir arcabouço jurídico cada vez mais amplo em relação aos direitos humanos. Se eles não forem internalizados no imaginário social, nas mentalidades individuais e coletivas, de modo sistemático e consistente, não construiremos uma cultura dos direitos humanos na nossa sociedade. E, neste horizonte, os processos educacionais são fundamentais.

Conforme destacado por Gomes (2012), a educação pensando na diversidade e em sua finalidade, não precisa necessariamente possuir um se educa “para alguma coisa”, a educação é um direito e, como tal, deve ser garantido de forma igualitária, equânime e justa. O objetivo da educação e das suas políticas não é formar gerações para o mercado, para o vestibular ou, tampouco, atingir os índices internacionais de alfabetização e matematização.

O sistema de cota fixa é um tipo de ação afirmativa, através do qual, em um processo competitivo por bens sociais, reserva-se um percentual de vagas para os membros de um determinado grupo social (ANDREWS, 1997).

De acordo com Bezerra e Gurgel (2011), no início do século XXI, a política de ação afirmativa, introduzida no cenário educacional brasileiro, que mais tem gerado debates é a do sistema de cotas para o ingresso de negros nas universidades federais, sendo a Universidade do Estado do Rio de Janeiro a primeira a introduzir tal sistema no Vestibular de 2002.

Atualmente, a política de cotas para PCD (Pessoas com deficiência) em vigor para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio está de acordo com o Decreto n.º 9034, de 20 de abril de 2017, ficando as instituições de ensino obrigadas a reservar vagas para pessoas com deficiência, proporcionalmente de acordo com o último censo realizado pelo IBGE da localidade em que a instituição estiver instalada.

Fantinato (2014) ressalta que a educação profissional e tecnológica está diretamente voltada a proposta de dar uma chance aos alunos que saem do ensino médio, os dando uma formação teórica suficiente para ingresso ao mercado de trabalho. O desenvolvimento desta forma de educação pode ser diretamente ligado a autonomia de novos profissionais, sendo eles atualizados, inovadores, criativos e operativos.

Segundo o Instituto Nacional De Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2000, p.20), as Universidades são definidas como “instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior e caracterizam-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

As Universidades Públicas Federais são definidas por Linczuk (2012) como autarquias federais pertencentes à Administração Indireta. Sua finalidade é garantir um serviço de social garantido pela constituição Federal de 1988: a educação.

A educação desenvolvida pelo SEPT articula o ensino regular ao mundo do trabalho, por meio das ações educativas, teórico-práticas, em constante interação com as novas tecnologias, a partir das contradições sociais marcadas por demandas específicas, contribui na preparação dos sujeitos que buscam a superação e com a promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental (UFPR, 2020).

O Setor de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT) é composto por oito Cursos Superiores de Tecnologia, sendo em diversas áreas do conhecimento, tendo o processo seletivo junto com os demais cursos da Universidade Federal do Paraná.

O presente trabalho investiga de maneira quantitativa a procura de possíveis estudantes dos cursos contidos no Setor de Educação Profissional e Tecnológica da UFPR com base nas políticas de cotas desenvolvida pela universidade para inclusão de pessoas com deficiência em seu quando de estudantes.

A presente pesquisa se caracteriza como quantitativa, porque tratará os dados por meio de métodos quantitativos, com o objetivo de organizar, caracterizar e interpretar os resultados obtidos (MARTINS e THEÓPILO, 2007). Beuren (2006) também descreve que a intenção de um estudo quantitativo não é tão profunda em conhecer a realidade dos fenômenos, e sim do comportamento geral dos acontecimentos, além de evitar análise e interpretação com vieses, criando uma margem de segurança quanto às conclusões formadas.

Este trabalho classifica-se, quanto aos objetivos, como um estudo de caráter descritivo, no que se refere a verificar o grau de aderência dos estudantes cotistas em relação às vagas reservadas para diversidade na Universidade Federal do Paraná, no intuito de entender o objeto de interesse em um determinado espaço e tempo, descrevendo as características de determinada população ou fenômeno (Martins, 2007; Gil, 1999).

Quanto à classificação dos procedimentos, o presente trabalho pode ser enquadrado como uma pesquisa documental. De acordo com (Fonseca, 2002, p. 32), a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

Neste contexto, a pesquisa será realizada de acordo com informações retiradas das páginas de processo seletivo da Universidade Federal do Paraná, disponibilizadas publicamente para a população. Desenvolvendo assim um avanço ou desenvolvimento entre os anos do processo seletivo, demonstrando descritivamente quais os principais impactos das políticas públicas na inserção da diversidade dentro do ensino Profissional e Tecnológico em um âmbito regional e impacto nacional.

Foram analisados os editais de inscrições homologadas durante os processos seletivos dos anos de 2016 a 2020, para simplificação da análise realizada e auxílio na tabulação de dados, as diferentes categorias de políticas de inclusão, foram codificadas da seguinte maneira:

C1 - Candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n.º 12.711/2012);

C2 - Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n.º 12.711/2012);

C3 - Candidatos com deficiência que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n.º 12.711/2012);

C4 - Candidatos com deficiência que possuem renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n.º 12.711/2012);

C5 - Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n.º 12.711/2012);

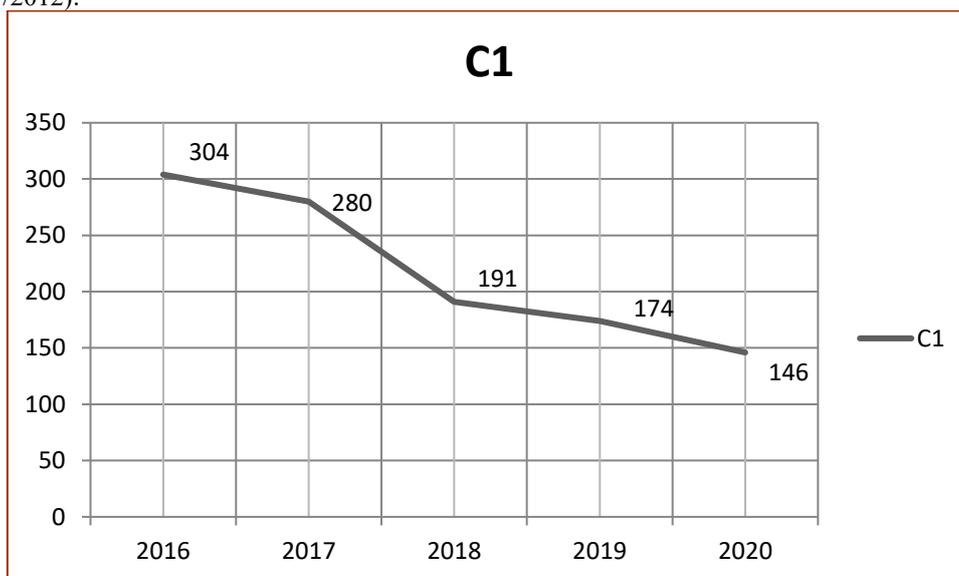
C6 - Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n.º 12.711/2012);

C7 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n.º 12.711/2012);

C8 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n.º 12.711/2012).

Após análise segregada entre as categorias de cotas, cada uma delas possuiu o comportamento específico, conforme segregado nos pontos a seguir do estudo:

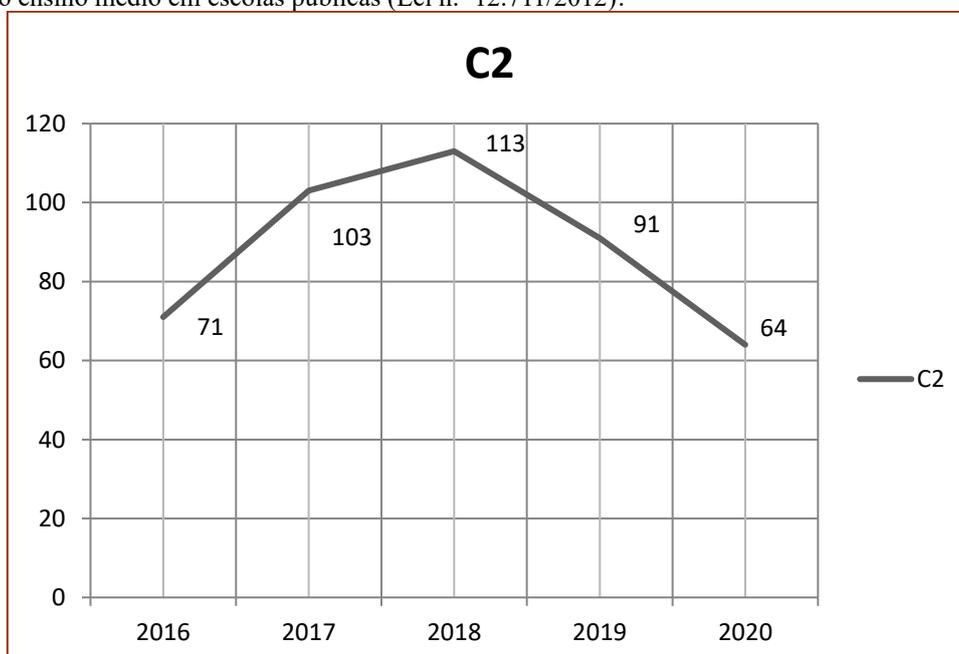
C1 - Candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n.º 12.711/2012):



Fonte: Gráfico desenvolvido pelo autor

De acordo com o gráfico disposto acima, demonstrando a quantidade de inscritos que cursaram integralmente o Ensino Médio em colégio público, percebe uma diminuição em menos da metade dos cotistas que procuraram os cursos tecnológicos para o ano de 2016.

C2 - Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n.º 12.711/2012):



Fonte: Gráfico desenvolvido pelo autor

De acordo com o gráfico disposto acima, a categoria de cota com uma renda classificada entre 1,5 salário mínimo por pessoa da residência, teve o ápice de procura para o processo seletivo do ano de 2018, entre os processos seletivos da amostra. Porém, analisando as extremidades de pesquisa realizadas (os anos de 2016 a 2020), a procura de optantes pela concorrência reservada obteve um resultado semelhante entre os anos.

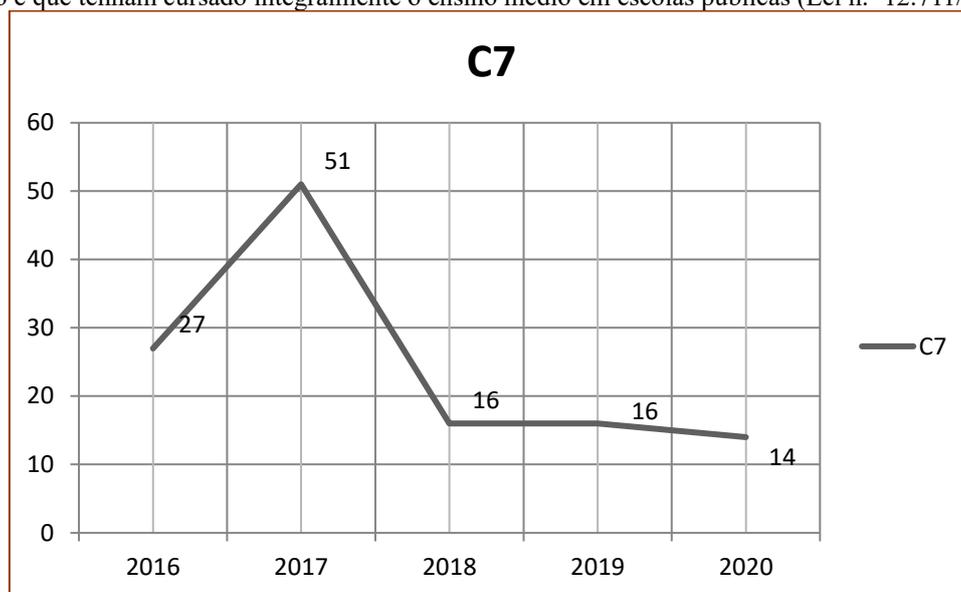
C8 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n.º 12.711/2012). C3, C4, C5 e C6:



Fonte: Gráfico desenvolvido pelo autor

De acordo com os dados disponibilizados pela universidade, o ano de 2020 foi o único ano com concorrentes para vagas reservadas para Pessoas com Deficiência, criando uma ascensão nos valores por ser o último ano analisado e o último processo seletivo realizado para o Setor Profissional e Tecnológico.

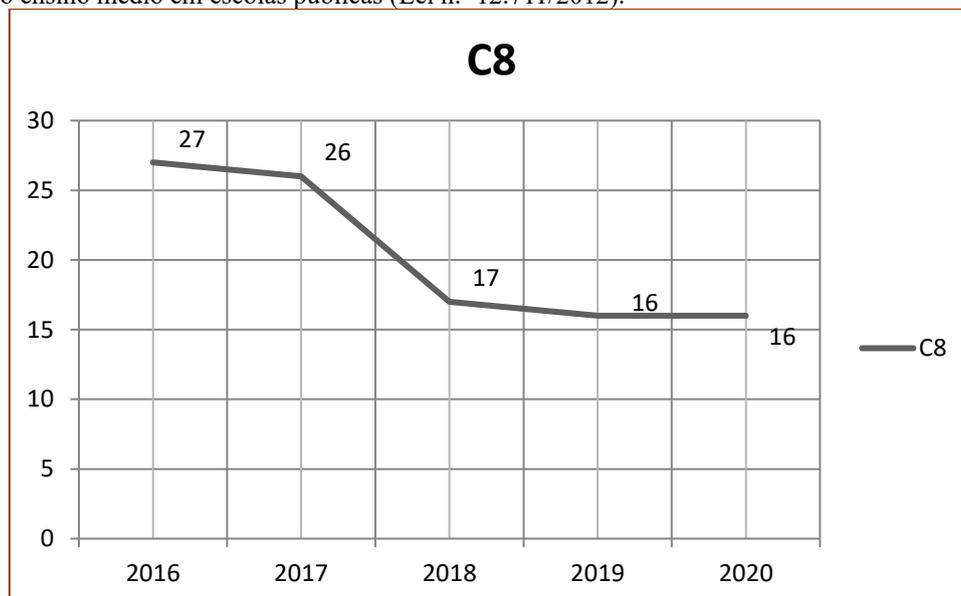
C7 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n.º 12.711/2012);



Fonte: Gráfico desenvolvido pelo autor

Analisando a procura de candidatas autodeclarados pretos, pardos ou indígenas para as vagas de Educação Profissional e Tecnológica da UFPR e renda per capita inferior a 1,5 salário mínimo, percebe-se um aumento durante o processo seletivo de 2017 e a partir daí um alto grau de diminuição, quando comparada com os dois primeiros anos de análise.

C8 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n.º 12.711/2012).



Fonte: Gráfico desenvolvido pelo autor

Analisando os candidatos com as mesmas características da categoria anteriores, porém sem considerar o quesito renda per capita, há também uma diminuição da procura dos candidatos com o passar dos anos no processo seletivo, tendo sua principal queda entre os anos de 2017 e 2018, após o período mantendo uma linearidade.

Após análise realizada do objeto em questão podemos notar que os inscritos para os cursos do Setor de Educação Profissional que os inscritos do processo seletivo é notada uma variação nas inscrições das vagas reservadas a cotistas durante os anos de 2016 a 2020, variando tanto na distribuição das cotas quanto na quantidade de alunos optantes pelas políticas de vagas reservadas.

Tendo como base as cotas C1, C2, C7 e C8, envolvendo cotas para estudantes de colégios público e pessoas autodeclaradas pretas pardas ou indígenas, é encontrada uma diminuição no número de optantes pelas cotas, levantando o questionamento do quão acessível está a possibilidade de cursar um curso tecnológico e profissional para o público alvo

Em contrapartida com o observado nas características acima, encontram-se as cotas voltadas para pessoas com deficiência, que no ano de 2020 aumentaram significativamente em relação aos últimos quatro anos pesquisados. Podendo levar ao questionamento de uma possível visão de acessibilidade para o curso profissional e tecnológico.

Após realizados este estudo, abrem-se caminhos para novos estudos relacionando o tema em questão que por limitações de pesquisa não puderam ser relacionados na pesquisa em questão, como a satisfação de alunos optantes por cotas dentro dos cursos profissionais e tecnológicos, a aplicabilidade da diversidade em estudantes profissionais e tecnológicos fora da Universidade Federal do Paraná e a integração realizada pelas instituições de ensino para realização da diversidade dentro desta modalidade de educação.

- ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; DA CRUZ, Ana Cristina Juvenal. A diferença e a diversidade na educação. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 1, n. 2, p. 85, 2011.
- ANDREWS, George R.. *Ação afirmativa: um modelo para o Brasil?*. 1997.
- BARROS, Ricardo Paes de. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. 1995.
- BEUREN, Ilse Maria. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo. Editora Atlas, 2006.
- BRASIL. Decreto Nº 9.034, DE 20 DE ABRIL DE 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9034.htm. Acessado em: 20 janeiro 2020.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 715-726, 2012.
- CROSBY, Faye J.; IYER, Aarti; SINCHAROEN, Sirinda. Understanding affirmative action. *Annu. Rev. Psychol.*, v. 57, p. 585-611, 2006.
- FANTINATO, Tania M.. *Formação Docente Para a Diversidade*. Curitiba: IESDE Brasil, 2014.
- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética?. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 70, p. 101-138, 2007.
- Fonseca, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: Santos, Renato Emerson dos; Lobato, Fátima (Orgs.). *Ações afirmativas: políticas públicas contras desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2003. p. 15-57.
- GOMES, Nilma Lino. Desigualdades e diversidade na educação. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 687-693, 2012.
- INEP. *Educação Superior: conceitos, definições e classificações*. Brasília. 2000.
- LINCZUK, Luciane Mialik Wagnitz. *Governança aplicada à administração pública: a contribuição da auditoria interna para sua efetivação: um estudo em universidades públicas federais*. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.
- MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. *Cadernos de Pesquisa*, 2009, 39.137: 481-487.
- UFPR. Sept UFPR, 2020. História. Disponível em <<http://www.sept.ufpr.br/portal/historia/>>. Acesso em 03 de fev. de 2020.

REALIZAÇÃO:

SEVEN
publicações acadêmicas

ACESSE NOSSO CATÁLOGO!



WWW.SEVENEVENTS.COM.BR

CONECTANDO O **PESQUISADOR** E A **CIÊNCIA** EM UM SÓ CLIQUE.